

**GABINETE DA DESEMBARGADORA FEDERAL
MARGARIDA CANTARELLI
DIRETORA DA REVISTA**

**BOLETIM
DE JURISPRUDÊNCIA
DO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
DA 5ª REGIÃO**

Recife, 30 de outubro de 2001

- número 142 -

Administração

Cais do Apolo, s/n - Bairro do Recife
C E P : 50.030-908 Recife - PE

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
5ª REGIÃO**

Desembargadores Federais

GERALDO APOLIANO

Presidente

UBALDO CAVALCANTE

Vice-Presidente

FRANCISCO DE QUEIROZ CAVALCANTI

Corregedor

RIDALVO COSTA

CASTRO MEIRA

PETRUCIO FERREIRA

LÁZARO GUIMARÃES

NEREU SANTOS

JOSÉ MARIA LUCENA

MARGARIDA CANTARELLI

Diretora da Revista

JOSÉ BAPTISTA FILHO

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

LUIZ ALBERTO GURGEL

PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA

PAULO DE TASSO BENEVIDES GADELHA

Diretor Geral: Carlos Alberto Regueira de Castro e Silva

Supervisão de Coordenação de Gabinete:
Carne Maria Vasconcelos Motta

Supervisão de Pesquisa, Coleta, Revisão e Publicação:
Maria Carolina Priori Barbosa

Supervisão de Base de Dados:
Pedro Augusto Escorel Diniz

Apoio Técnico:
Arivaldo Ferreira Siebra Júnior
Nivaldo da Costa Vasco Filho
Wilson Albuquerque da Silva

Diagramação: Seção de Editoração Eletrônica

SUMÁRIO

Jurisprudência de Direito Administrativo	07
Jurisprudência de Direito Civil	23
Jurisprudência de Direito Constitucional	29
Jurisprudência de Direito Penal	39
Jurisprudência de Direito Previdenciário	43
Jurisprudência de Direito Processual Civil	49
Jurisprudência de Direito Processual Penal	67
Jurisprudência de Direito Tributário	71
Índice Sistemático	79
Índice Analítico	89

**JURISPRUDÊNCIA
DE
DIREITO
ADMINISTRATIVO**

**ADMINISTRATIVO
ENSINO SUPERIOR - JUBILAÇÃO**

EMENTA: ADMINISTRATIVO. ENSINO SUPERIOR. MANDADO DE SEGURANÇA. JUBILAÇÃO. DEVIDO PROCESSO LEGAL. NECESSIDADE.

- O ato de jubilação, medida disciplinar excepcional, só pode ser aplicado com a instauração de processo administrativo no qual seja observado o princípio constitucional do devido processo legal.

Remessa *Ex Officio* n.º 74.491-AL

Relator: Desembargador Federal Rivalvo Costa

(Julgado em 07 de junho de 2001, por unanimidade)

**ADMINISTRATIVO
SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL - PENSÃO - IRMÃ**

EMENTA: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. PENSÃO. LEI 8.112/90. IRMÃ. HABILITAÇÃO. AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO. PROVAS TESTEMUNHAIS. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA COMPROVADA.

- A exigência de designação, prevista pela alínea "e", I, do art. 217, da Lei 8.112/90, visa facilitar a comprovação, junto à Administração, da vontade do instituidor em eleger dado dependente como beneficiário da pensão, assim como a situação de dependência econômica, entretanto, a ausência de tal declaração por escrito, não enseja, de pronto, o indeferimento do benefício, se restam comprovados, por outros meios, em via judicial, tais requisitos, onde o vínculo familiar, acrescido da situação econômica desfavorável, conduzem facilmente a esta conclusão.

- Apelação e remessa oficial improvidas.

Apelação em Mandado de Segurança n.º 66.630-PB

Relator: Desembargador Federal Petrucio Ferreira

(Julgado em 06 de março de 2001, por unanimidade)

**ADMINISTRATIVO
CANCELAMENTO DE REGISTRO PROFISSIONAL DE RADIALISTA - DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO**

EMENTA: ADMINISTRATIVO. CANCELAMENTO DE REGISTRO PROFISSIONAL DE RADIALISTA PELA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO.

- Verificação de irregularidades em procedimento regular. Vícios diversos na expedição do atestado de capacitação profissional exigido pela Lei n.º 6.615/78, art. 7º, III.

- Apelação improvida.

Apelação Cível n.º 191.366-SE

Relator: Desembargador Federal Lázaro Guimarães

(Julgado em 13 de fevereiro de 2001, por unanimidade)

**ADMINISTRATIVO
MILITAR - PROMOÇÃO DE TAIFEIROS**

EMENTA: ADMINISTRATIVO. MILITAR. LEI N.º 3.953/61. PROMOÇÃO DE TAIFEIROS DA AERONÁUTICA. DECRETO N.º 92.577/86. ISONOMIA.

- É assegurado o acesso aos taifeiros da Aeronáutica até a graduação de Suboficial, desde que implementadas as condições objeto da regulamentação específica.

- O Decreto 92.577/96 não fere o princípio da isonomia, posto que estabelece as condições para promoção dos taifeiros considerando as especificidades da Força Armada – Aeronáutica.

- Embargos infringentes improvidos.

Embargos Infringentes na AC n.º 128.756-PE

Relator: Desembargador Federal Nereu Santos

(Julgado em 22 de agosto de 2001, por maioria)

ADMINISTRATIVO
SERVIÇO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS - ENGENHEIRO DA
PETROBRÁS

EMENTA: ADMINISTRATIVO. SERVIÇO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. ENGENHEIRO DA PETROBRÁS. INSALUBRIDADE. LEI N.º 5.527/68. MEDIDA PROVISÓRIA 1.523/96.

- É de ser deferido o pleito do autor, consubstanciado no pedido de reconhecimento do direito à contagem do tempo de serviço especial prestado como engenheiro da Petrobrás, posto reconhecidas as condições de insalubridade a que ele estava submetido, de acordo com a prova acostada aos autos e com base na legislação de regência.

- Sentença mantida. Apelo e remessa oficial improvidos.

Apelação Cível n.º 246.892-SE

Relatora: Desembargadora Federal Margarida Cantarelli

(Julgado em 02 de agosto de 2001, por unanimidade)

ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO
IPI - CLASSIFICAÇÃO FISCAL - NORMAS RÍGIDAS

EMENTA: ADMINISTRATIVO. TRIBUTÁRIO. CLASSIFICAÇÃO FISCAL. NORMAS RÍGIDAS. ESPECIFICIDADE. IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS. PERCENTUAL DE ALÍQUOTA.

- A classificação fiscal de mercadorias obedece a regras de nomenclatura rígidas, onde o enquadramento nas diversas posições deve ser feito de forma bem específica. Se a mercadoria importada definida de específica atende às características técnicas exigidas, o IPI é devido com a alíquota determinada correspondente.

- Remessa oficial improvida. Sentença mantida.

Remessa *Ex Officio* n.º 206.421- PE

Relatora: Desembargadora Federal Margarida Cantarelli

(Julgado em 16 de agosto de 2001, por unanimidade)

**ADMINISTRATIVO
MILITAR - HANSENÍASE - DOENÇA INCAPACITANTE**

EMENTA: ADMINISTRATIVO. MILITAR. HANSENÍASE. DOENÇA INCAPACITANTE ADQUIRIDA DURANTE O SERVIÇO. REFORMA.

- O militar da ativa declarado incapaz para o serviço faz jus a reforma, Lei 6.880/80.

- O exame médico de admissão afasta a preexistência da doença e faz presumir que esta foi adquirida durante o serviço ativo.

- Apelação e remessa oficial improvidas.

Apelação Cível n.º 241.743-PE

Relator: Desembargador Federal José Baptista de Almeida Filho

(Julgado em 19 de junho de 2001, por unanimidade)

**ADMINISTRATIVO
INDENIZAÇÃO - TRANSPORTE PROPORCIONAL**

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. INDENIZAÇÃO. TRANSPORTE PROPORCIONAL. REVOGAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. EFEITOS *EX TUNC*.

- Tendo a revogação de ato administrativo relativo a indenização de transporte ocorrido em março de 1999, não poderá tal revogação retroagir prejudicando o direito de quem recebeu legal e validamente a indenização de transporte proporcional, até porque a revogação de ato administrativo opera efeitos *ex nunc*.

- Apelação e remessa oficial improvidas.

Apelação em Mandado de Segurança n.º 71.085-SE

Relator: Desembargador Federal Napoleão Nunes Maia Filho

(Julgado em 28 de agosto de 2001, por unanimidade)

ADMINISTRATIVO
EXAME DA OAB - INSCRIÇÃO EXTEMPORÂNEA

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. EXAME DA OAB. INSCRIÇÃO EXTEMPORÂNEA. MOTIVO RELEVANTE. DEFE-
RIMENTO.

- Tendo o concludente recebido, por culpa exclusiva da Uni-
versidade, o certificado de conclusão do Curso de Bacharela-
do em Direito em época posterior à data do período de ins-
crição para o exame da OAB, é de se justificar a inscrição
extemporânea no chamado Exame da Ordem.

- Remessa oficial improvida.

Remessa *Ex Officio* n.º 69.026-CE

**Relator: Desembargador Federal Napoleão Nunes Maia
Filho**

(Julgado em 04 de setembro de 2001, por unanimidade)

**ADMINISTRATIVO
MILITAR - AERONÁUTICA - CONDIÇÕES DE SAÚDE**

EMENTA: ADMINISTRATIVO. MILITAR DA AERONÁUTICA. CONDIÇÕES DE SAÚDE PARA INGRESSO NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA. LEGALIDADE DOS REQUISITOS.

- Não se reveste de ilegalidade a exigência de requisitos de saúde ocular, por parte da Escola preparatória de Cadetes do Ar, para ingresso na Academia da Força Aérea, a qual, por visar à formação de pilotos de caça, requer perfeita acuidade visual por parte do candidato, em face do elevado grau de segurança exigido para as tarefas incumbidas aos mesmos no decorrer da carreira.

- Apesar da técnica cirúrgica atualmente ter evoluído, sendo capaz de recuperar a visão atacada pela miopia, chegando em alguns casos à redução total do incômodo visual, não se pode antever o grau de certeza e estabilidade da operação efetivada em jovem que conta com apenas 19 anos, quando a progressão do referido mal pode se estender até os 25 anos.

- Não é recomendável contrariar os regulamentos internos que visam à segurança do candidato, dos seus consortes e da coletividade.

- Agravo improvido. Regimental prejudicado.

Agravo de Instrumento n.º 34.166-PE

Relator: Desembargador Federal Luiz Alberto Gurgel de Faria

(Julgado em 12 de junho de 2001, por unanimidade)

**ADMINISTRATIVO
SERVIDOR PÚBLICO - FUNÇÃO COMISSIONADA - INCOR-
PORAÇÃO**

EMENTA: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. FUNÇÃO COMISSIONADA. INCORPORAÇÃO. DIREITO ADQUIRIDO.

- A incorporação das funções gratificadas foi garantida através do Regime Jurídico Único, em seu art. 62, § 2º.

- Ao tempo da promulgação da Lei n.º 8.168, de 16.01.91, que transformou as FC's em CD's e FG's (art. 1º), reduzindo os seus valores, os servidores que já haviam ultimado o tempo necessário à incorporação no exercício das funções comissionadas (um quinto por cada ano – art. 62, § 2º, Lei 8.112/90), tinham direito adquirido ao benefício de acordo com as quantias fixadas para essas vantagens.

- O direito da administração de anular seus próprios atos decaiu em cinco anos (Lei n.º 9.784/99), não podendo alcançar a incorporação dos quintos aos vencimentos dos impetrantes, que aconteceu antes de janeiro de 1991.

- Apelação e remessa oficial improvidas.

Apelação em Mandado de Segurança n.º 76.105-PB

Relator: Desembargador Federal Luiz Alberto Gurgel de Faria

(Julgado em 08 de maio de 2001, por unanimidade)

ADMINISTRATIVO
RESPONSABILIDADE ESTATAL - ACIDENTE DE VEÍCULO

EMENTA: APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE ESTATAL, EM VIRTUDE DE ACIDENTE DE VEÍCULOS, INDEPENDENTE DE CULPA. TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO, PELA PESSOA DE DIREITO PÚBLICO, DA CULPA CONCORRENTE DA VÍTIMA. IMPROVIMENTO.

- O art. 37, § 6º, da Constituição vigente, ratificando posição adotada pelos constituintes de 1946 (art. 194) e 1969 (art. 107), perfilhou, em tema de responsabilidade civil da Administração, a teoria do risco administrativo, dispensando, para o seu reconhecimento, a prova, pelo particular, da culpa do servidor causador do dano.

- Caso pretenda excluir ou reduzir o montante da indenização, compete à Administração demonstrar a culpa, total ou concorrente, da vítima, haja vista não ser admitida, em tais casos, a figura da culpa presumida.

- Apelação improvida.

Apelação Cível n.º 140.871-SE

Relator: Desembargador Federal Edilson Nobre (Convocado)

(Julgado em 10 de abril de 2001, por unanimidade)

**ADMINISTRATIVO
SERVIDOR PÚBLICO - ADIANTAMENTO PECUNIÁRIO
(PCCS)**

EMENTA: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ADIANTAMENTO PECUNIÁRIO – PCCS. INCORPORAÇÃO PELA LEI 8.460/92. AUSÊNCIA DE OFENSA À IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS.

- Os valores inerentes ao adiantamento pecuniário – PCCS, instituídos pela Lei 7.686/88, foram incorporados aos vencimentos dos servidores do INSS, em face da Lei 8.460/92 (art. 4º, II), não se havendo, a princípio, que se falar em afronta à franquia constitucional da irredutibilidade vencimental, máxime quando a impetrante, malgrado as peculiaridades da ação de segurança, nem ao menos providenciou a juntada aos autos do teor da decisão trabalhista que lhe beneficiara.

- Apelação improvida.

Apelação em Mandado de Segurança n.º 65.904-AL

Relator: Desembargador Federal Edilson Nobre (Convocado)

(Julgado em 08 de maio de 2001, por unanimidade)

**JURISPRUDÊNCIA
DE
DIREITO
CIVIL**

CIVIL
IMÓVEL - OCUPAÇÃO IRREGULAR - SUCESSOR

EMENTA: SFH. DECRETO-LEI N.º 70/66. OCUPAÇÃO IRREGULAR DE IMÓVEL POR PARTE DE SUCESSOR NA POSSE DO BEM. IMPOSSIBILIDADE.

- Subsistência da pretensão da CEF, pois à luz das regras contidas no Decreto-Lei n.º 70/66, concernente à imissão de posse no imóvel adquirido pelo Sistema Financeiro da Habitação, há disposições segundo as quais o devedor deve ser citado para, em 48 horas, comprovar que resgatou ou consignou judicialmente o valor do débito, antes da realização dos leilões. A tal ditame submete-se também o sucessor na posse do bem.

- Impossibilidade de se outorgar tratamento diverso a terceiro que ocupa irregularmente o bem imóvel, em vista da contrariedade à finalidade da norma, que objetiva agilizar o feito para permitir a rápida retomada do bem dos inadimplentes, com o fim de repassá-lo a outros interessados.

- Agravo de instrumento provido.

Agravo de Instrumento n.º 30.860-CE

Relator: Desembargador Federal Castro Meira

(Julgado em 02 de agosto de 2001, por unanimidade)

**CIVIL
USUCAPIÃO - TERRAS PÚBLICAS**

EMENTA: CIVIL. USUCAPIÃO. AS TERRAS PÚBLICAS SÃO INSUSCETÍVEIS DE AQUISIÇÃO POR USUCAPIÃO.

- Área urbana que se não ajusta ao pressuposto específico previsto na Lei 6.969/81. Hipótese, ademais, em que não transcorreu o prazo para prescrição aquisitiva.

- Apelação improvida.

Apelação Cível n.º 183.884-PB

Relator: Desembargador Federal Lázaro Guimarães

(Julgado em 13 de fevereiro de 2001, por unanimidade)

**CIVIL
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - ENDEREÇO INCOMPLETO IN-
DICADO EM CARTA**

EMENTA: CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO.

- Endereço incompleto indicado em carta, com errônea indicação do Código de Endereçamento Postal.

- Inexistência de culpa da ECT pela não entrega da correspondência e aposição de informação pelo carteiro quanto à mudança de endereço.

- Apelação improvida.

Apelação Cível n.º 185.465-PB

Relator: Desembargador Federal Lázaro Guimarães

(Julgado em 06 de fevereiro de 2001, por unanimidade)

**JURISPRUDÊNCIA
DE
DIREITO
CONSTITUCIONAL**

**CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO
ANISTIA - MILITAR - MOTIVAÇÃO POLÍTICA**

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO CAUTELAR. ANISTIA.

- Militar. Motivação política. Emenda Constitucional n.º 26/85.

- Art. 8º do ADCT/88. Improcedência da medida cautelar.

Medida Cautelar n.º 1.258-RN

Relator: Desembargador Federal Lázaro Guimarães

(Julgado em 08 de agosto de 2001, por unanimidade)

**CONSTITUCIONAL
CPMF - FUNDAÇÃO PÚBLICA - ISENÇÃO**

EMENTA: CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CPMF. FUNDAÇÃO PÚBLICA. ISENÇÃO.

- Comprovada a condição de fundação pública, é de aplicar-se, à espécie, a isenção na cobrança da CPMF prevista no inciso I do art. 3º da Lei n.º 9.311/96.

- Remessa *ex officio* improvida.

Remessa *Ex Officio* n.º 63.093-PB

Relator: Desembargador Federal Nereu Santos

(Julgado em 15 de março de 2001, por unanimidade)

**CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO
TRANSPORTADOR - REVENDEDOR - RETALHISTA (TRR)-
LIVRE COMÉRCIO - GASOLINA, ÁLCOOL CARBURANTE E
GÁS LIQÜEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)**

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. TRANSPORTADOR-REVENDEDOR-RETALHISTA (TRR)-LIVRE COMÉRCIO DE GASOLINA, ÁLCOOL CARBURANTE E GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP). POSSIBILIDADE. PORTARIA N.º 10/97 DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. OFENSA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA LIVRE INICIATIVA E DA RESERVA LEGAL. DECRETO N.º 395/38 NÃO RECEPCIONADO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

- Este Tribunal vem adotando entendimento de que as restrições ao comércio de álcool, combustíveis e subprodutos de petróleo, estabelecidas em atos normativos do Poder Executivo, são desprovidas de fundamento legal, posto que o Decreto-Lei n.º 395/38 não foi recepcionado pela Constituição da República de 1988.

- Precedentes desta Corte (AMS 68.304-PE, AMS 60.378-PE, AGTR 15.018-PE).

- Apelação e remessa oficial improvidas.

Apelação em Mandado de Segurança n.º 70.284-PE

Relator: Desembargador Federal José Maria Lucena

(Julgado em 02 de agosto de 2001, por unanimidade)

**CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL
CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - EXECUÇÃO
FISCAL - DOMICÍLIO DO DEVEDOR**

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. DOMICÍLIO DO DEVEDOR EM COMARCA DO INTERIOR QUE NÃO SEDIA VARA FEDERAL.

- A competência estatuída na Súmula 40 do ex-TFR é de natureza territorial, portanto, relativa.

- À míngua de interposição de exceção de incompetência relativa pelo autor da ação de execução fiscal, vedado ao juiz declará-la de ofício, em face do instituto da prorrogação de competência. Inteligência do art. 114 do CPC e Súmula 33/STJ.

- Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da Comarca de Maruim – SE.

Conflito de Competência n.º 573-SE

Relator: Desembargador Federal José Maria Lucena

(Julgado em 12 de setembro de 2001, por unanimidade)

**CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO
CASAMENTO RELIGIOSO - PENSÃO - CONCESSÃO DE BENEFÍCIO**

EMENTA: CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. CASAMENTO CIVIL E RELIGIOSO. EXTENSÃO DE IGUALDADE DE EFEITOS PARA O FIM DE NEGAR A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EM ÉPOCA ANTERIOR À CF/88. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE REGISTRO PÚBLICO PARA GERAÇÃO DE EFEITOS CIVIS.

- Não há proibição em virtude da instituidora da pensão ter casado no religioso, na época, pois ausente o registro cartorário, imprescindível à constituição de efeitos civis.

- Caso houvesse essa interpretação de igualdade, esta se realizaria no sentido da concessão do benefício, e não de sua negação, tendo por finalidade amparar os beneficiários, e não o contrário, como pretende a indigitada autoridade ao igualar os efeitos de um e outro, com o intuito de estender-lhes as proibições.

- Recurso a que se nega provimento.

Apelação em Mandado de Segurança n.º 64.707-CE

Relator: Desembargador Federal José Baptista de Almeida Filho

(Julgado em 14 de agosto de 2001, por unanimidade)

**CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO
EMPREITEIRO DE MÃO-DE-OBRA - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - INCIDÊNCIA**

EMENTA: CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. ART. 31 DA LEI N.º 8.212/91. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA. INCIDÊNCIA. DESNECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR. CONSTITUCIONALIDADE. PRELIMINAR NÃO CONHECIDA.

- Não tendo sido objeto de exame da decisão atacada, a questão suscitada na preliminar não merece ser conhecida.

- A retenção efetuada pela empresa contratante do agravante e sua exigência pela autarquia recorrida encontram-se dentro dos parâmetros da legalidade, haja vista que a recorrente se enquadra perfeitamente na qualificação de cedente de mão-de-obra, segundo a lei e o regulamento aplicáveis, sendo indevida a concessão de liminar para sustar tais providências.

- Consoante precedentes do STF, é desnecessário disciplinamento da contribuição social em tela através de lei complementar, uma vez que a sua fonte de custeio se encontra prevista na Lei Ápice.

- Agravo improvido.

Agravo de Instrumento n.º 34.330-PE

Relator: Desembargador Federal Luiz Alberto Gurgel de Faria

(Julgado em 26 de junho de 2001, por unanimidade)

**CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL
AÇÃO CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL - COMPETÊNCIA
RELATIVA E CONCORRENTE**

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL. COMPETÊNCIA RELATIVA E CONCORRENTE DA JUSTIÇA FEDERAL E DA JUSTIÇA ESTADUAL. ART. 109, § 3º, DA CF/88. SÚMULA 252 DO EXTINTO TFR. RENÚNCIA DO PRIVILÉGIO DE FORO.

- O art. 109, parágrafo 3º, da Constituição Federal, estabelece hipótese de competência relativa da Justiça Estadual, facultando ao segurado-autor, domiciliado em comarca que não seja sede de vara da Justiça Federal, o ajuizamento de ações contra a Previdência Social no foro do seu domicílio ou ante a Justiça Federal.

- Tratando-se de matéria de competência relativa, o juiz não pode dela declinar de ofício.

- Inteligência da Súmula 252 do extinto TFR e da Súmula 08 do TRF-4ª Região.

- Precedentes jurisprudenciais.

- Agravo provido.

Agravo de Instrumento n.º 31.528-PE

Relator: Desembargador Federal Manoel Erhardt (Convocado)

(Julgado em 10 de maio de 2001, por unanimidade)

**JURISPRUDÊNCIA
DE
DIREITO
PENAL**

**PENAL E PROCESSUAL PENAL
APROPRIAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS-
TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL**

EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS*. APROPRIAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. LEI N.º 8.212/91. DENÚNCIA QUE NÃO DESCREVE A CONDU-TA DO ACUSADO. PRINCÍPIO *NULLUN CRIMEN SINE CUL-PA*. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL.

- A interpretação do parágrafo 3º da Lei n.º 8.212/91 como norma de presunção absoluta de responsabilidade penal, é infringente da Constituição da República e do Direito Penal em vigor, enquanto readmite a proscrita responsabilidade penal objetiva e infringe o princípio *nullun crimen sine culpa*.

- *Habeas Corpus* concedido para trancamento da ação penal.

***Habeas Corpus* n.º 1.268-RN**

Relator: Desembargador Federal Rivalvo Costa

(Julgado em 28 de junho de 2001, por unanimidade)

PENAL
CRIME DE ESTELIONATO - CONFIGURAÇÃO DO DOLO

EMENTA: CRIME DE ESTELIONATO. CONFIGURAÇÃO DO DOLO.

- A obtenção de vantagem ilícita, com saque indevido do FGTS, não configurada qualquer das hipóteses previstas em lei, acarretou prejuízo do Fundo, pois, ainda que relacionado em nome do réu, este não poderia operar o levantamento do valor no momento que o fez.

- A existência de dolo se mostra na vontade livre e concreta do réu de realizar o tipo penal.

- Apelação provida.

Apelação Criminal n.º 2.534-PB

Relator: Desembargador Federal Castro Meira

(Julgado em 02 de agosto de 2001, por unanimidade)

**JURISPRUDÊNCIA
DE
DIREITO
PREVIDENCIÁRIO**

**PREVIDENCIÁRIO
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - SESC E SENAC - REDE HOTELEIRA**

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DESTINADAS AO SESC E AO SENAC. DECRETOS N.ºS. 61.836/67 E 61.843/67. CONDOMÍNIO. NATUREZA RESIDENCIAL E COMERCIAL. SERVIÇOS VOLTADOS PARA A REDE HOTELEIRA.

- Os Decretos n.ºs. 61.836/67 e 61.843/67 estabeleceram, no tocante aos estabelecimentos comerciais enquadradas nas entidades sindicais subordinadas à Confederação Nacional do Comércio, o custeio das despesas das entidades denominadas SESC e SENAC.

- Na hipótese, verificando-se que a agravante, na condição de condomínio cujas unidades encontram-se voltadas para a residência de seus proprietários e para a exploração de serviços hoteleiros, enquadra-se no perfil de sujeito passivo da referida contribuição.

- Agravo improvido.

Agravo de Instrumento n.º 25.982-AL

Relator: Desembargador Federal Petrucio Ferreira

(Julgado em 05 de dezembro de 2000, por unanimidade)

**PREVIDENCIÁRIO
PENSÃO POR MORTE - INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO MA-
TRIMONIAL**

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO MATRIMONIAL DO SEGURADO COM A DEMANDANTE. COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL DO DIREITO PELA AUTORA. PAGAMENTO DA PENSÃO EM FAVOR DA VIÚVA. LEGITIMIDADE.

- Pensão por morte denegada pelo INSS, sob o argumento de que o nome do instituidor do benefício não era o mesmo do falecido marido da autora.

- Comprovado, inclusive por sentença judicial transitada em julgado em ação de retificação de registro civil, que o instituidor do benefício e o marido da requerente eram a mesma pessoa, reconhece-se o direito a pensão por morte.

- Apelação e remessa oficial improvidas.

Apelação Cível n.º 235.957-CE

Relatora: Desembargadora Federal Margarida Cantarelli

(Julgado em 02 de agosto de 2001, por unanimidade)

**PREVIDENCIÁRIO
SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL - APOSENTADORIA ESPECIAL - TRABALHO INSALUBRE**

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. TRABALHO INSALUBRE. RADIOLOGIA. PRESUNÇÃO LEGAL.

- O antigo Decreto n.º 2.172/97 e o atual Decreto 3.048/99, consideram agente nocivo o trabalho realizado com exposição aos raios Alfa, Beta, Gama e X, aos nêutrons e às substâncias radioativas para fins industriais, terapêuticos e diagnósticos, com tempo de exposição de 25 anos.

- Devem ser aplicados, analogicamente, ao caso em apreço os diplomas legais acima citados, pois não se pode admitir que um trabalhador, seja servidor público ou celetista, manipule material nocivo à sua saúde, durante 25 anos ininterruptos, sem que se lhe assegure o benefício pecuniário correspondente.

- Apelação e remessa oficial improvidas.

Apelação Cível n.º 250.498-CE

Relator: Desembargador Federal Napoleão Nunes Maia Filho

(Julgado em 21 de agosto de 2001, por unanimidade)

**JURISPRUDÊNCIA
DE
DIREITO
PROCESSUAL CIVIL**

**PROCESSUAL CIVIL
CEF - PROGRAMA DE APOIO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA-
PADV**

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. CEF. PROGRAMA DE APOIO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA – PADV. MANUTENÇÃO DO SEGURO-SAÚDE CUSTEADO PELA EMPRESA PÚBLICA. PEDIDO DECORRENTE DO PACTO LABORAL HAVIDO ENTRE AS PARTES. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA FEDERAL.

- Empregados que aderiram a programa de demissão voluntária, aposentando-se em seguida. Alegação de direito adquirido à manutenção do plano de assistência à saúde custeado pela empresa pública federal.

- O pedido para manter a inscrição de ex-empregados no plano de assistência à saúde da CEF está subordinado, intrinsecamente, ao vínculo empregatício que existiu entre eles.

- Incompetência absoluta da Justiça Federal.

Apelação Cível n.º 169.679-AL

Relator: Desembargador Federal Ridalvo Costa

(Julgado em 07 de junho de 2001, por unanimidade)

**PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO
COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO - EXONERAÇÃO
DE CONTRIBUIÇÃO**

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO. EXONERAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 22 DA LEI 8.212/91 (ACRESCIDA PELA LEI 9.876/99).

- Hipótese em que a agravante se insurge contra a cobrança de contribuição previdenciária por parte de terceiro, *in casu*, a empresa contratada, nos moldes do que dispõe o art. 22, IV, da Lei 8.212/91.

- Nada impede a impugnação do lançamento, no procedimento administrativo-fiscal que vier a ser instaurado. Caso a providência seja adotada pela empresa, sujeito passivo da relação tributária, restará a cobrança suspensa, à luz da legislação tributária, deferindo-se o efeito suspensivo ora requestado.

- Agravo de instrumento improvido.

Agravo de Instrumento n.º 30.387-SE

Relator: Desembargador Federal Castro Meira

(Julgado em 02 de agosto de 2001, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL
AVIAÇÃO AÉREA - EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AVIAÇÃO AÉREA. UNIÃO FEDERAL. EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA. ILEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM*. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. DISCUSSÃO EM TORNO DE MATÉRIA REFERENTE AO PRÓPRIO MÉRITO DA DISCUSSÃO.

- Os embargos de declaração só terão lugar quando houver na sentença ou acórdão obscuridade, contradição ou quando se tiver omitido algum ponto sobre o qual deveria levar em consideração, tendo como finalidade completar a decisão omissa ou, ainda, aclará-la, dissipando assim obscuridades ou contradições acaso existentes.

- Hipótese em que se alega omissão em virtude de o aresto não ter apreciado a necessidade de o Departamento de Aviação Civil – DAC exigir de empresa internacional de aviação formalização de compromisso no tocante ao transporte de retorno de turistas ao seu local de origem.

- Observando-se que no presente agravo de instrumento apreciou-se a incompetência da Justiça Federal para conhecer da ação haja vista não ter a União legitimidade passiva para nela figurar, não há como reconhecer a alegada omissão, uma vez que a matéria suscitada refere-se ao próprio mérito a ser apreciado na ação principal.

- Embargos conhecidos e improvidos.

Embargos de Declaração no AGTR n.º 28.622-PE

Relator: Desembargador Federal Petrucio Ferreira

(Julgado em 10 de abril de 2001, por unanimidade)

**PROCESSUAL CIVIL
EXECUÇÃO FISCAL - CONSELHO REGIONAL DE CORRE-
TORES DE IMÓVEIS**

EMENTA: EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS. ART. 58 DA LEI 9.649/98. SUSPENSÃO DE SUA EFICÁCIA PELO EG. STF. IRRISORIEDADE DO VALOR EXIGIDO. OCORRÊNCIA DO INTERESSE PROCESSUAL. NULIDADE DO *DECISUM*. PRECEDENTES.

- O colendo STF posicionou-se, em sede cautelar, pela suspensão do art. 58 da Lei 9.649/98, quando do julgamento da ADIMC 1.717-6/DF.

- As ações executivas intentadas pelos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, como é o caso do CRP/AL, continuam a obedecer aos trâmites da Lei 6.830/80.

- Tais conselhos não devem ser considerados carecedores de interesse processual sob o fundamento da irrisoriedade dos valores inscritos na dívida ativa.

- Precedentes jurisprudenciais. Nulidade do *decisum*.

- Apelação provida.

Apelação Cível n.º 197.657-AL

Relator: Desembargador Federal Nereu Santos

(Julgado em 08 de maio de 2001, por unanimidade)

**PROCESSUAL CIVIL
PETIÇÃO INICIAL - INDEFERIMENTO - AUSÊNCIA DE DO-
CUMENTO INDISPENSÁVEL**

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA DO FGTS. PROVA DA EXISTÊNCIA DE CONTA VINCULADA.

- A demonstração da existência dos elementos mínimos a comprovar o vínculo empregatício pelo apelante, mediante a juntada aos autos da cópia da CTPS e a prova de ser optante, é suficiente para a condição da ação que visa a diferenças de correção monetária nos saldos das contas vinculadas do FGTS.

- Os extratos das contas individuais do FGTS não constituem documentos indispensáveis à propositura da ação.

- Apelação provida. Sentença anulada.

Apelação Cível n.º 156.555-PB

Relator: Desembargador Federal José Maria Lucena

(Julgado em 20 de setembro de 2001, por unanimidade)

**PROCESSUAL CIVIL
MEDIDA CAUTELAR INCIDENTAL - AÇÃO RESCISÓRIA -
SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO**

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. MEDIDA CAUTELAR INCIDENTAL. AÇÃO RESCISÓRIA. SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO. ERRO DE FATO. PARECER DA CONTADORIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

- Ausência de fumaça do bom direito em ação rescisória, de que a ação cautelar é incidental, em face da existência de dois pareceres, posteriores àquele que fundamenta a pretensão desconstitutiva da Contadoria da Justiça Federal afirmando categoricamente a inexistência de excesso de execução.

- Medida cautelar improcedente.

Medida Cautelar n.º 1.173-PE

Relator: Desembargador José Maria Lucena

(Julgado em 29 de agosto de 2001, por unanimidade)

**PROCESSUAL CIVIL
PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE DOS RECURSOS - ERRO
GROSSEIRO**

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO. DESCABIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE DOS RECURSOS. ERRO GROSSEIRO.

- Sabendo-se que o agravo tem como causa ensejadora uma decisão interlocutória e que o acórdão é uma decisão de caráter definitivo, fica evidente a impossibilidade de interposição daquele contra este.

- O ataque a um acórdão mediante um agravo constitui erro grosseiro, de sorte a inviabilizar a aplicação do princípio da fungibilidade dos recursos.

- Agravo regimental não conhecido.

Agravo Regimental na AC n.º 220.597-RN

Relatora: Desembargadora Federal Margarida Cantarelli

(Julgado em 16 de agosto de 2001, por unanimidade)

**PROCESSUAL CIVIL
INCIDENTE DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - AUSÊNCIA
DE INTERESSE**

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. INCIDENTE DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. AUSÊNCIA DE INTERESSE.

- A petição inicial não se ajusta ao figurino do art. 282 do CPC, havendo dúvida se se trata de exibição de documento incidental, prevista no art. 355 do CPC e seguintes, e que, assim, deveria ser processado e decidido junto ao feito principal, ou do procedimento preparatório cautelar específico previsto no art. 844 do CPC.

- O feito não está devidamente instruído para aquilatar a subsistência da necessidade da apelante obter a exibição dos extratos pretendidos ante a declaração da sentença de que tal incidente já fora devidamente solucionado na ação principal.

- Recurso a que se nega provimento.

Apelação Cível n.º 241.822-PE

Relator: Desembargador Federal José Baptista de Almeida Filho

(Julgado em 26 de junho de 2001, por unanimidade)

**PROCESSUAL CIVIL
PRAZO COMUM - SECRETARIA - RETIRADA DOS AUTOS**

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. PRAZO COMUM. RETIRADA DOS AUTOS DA SECRETARIA POR UMA DAS PARTES EM PREJUÍZO DA OUTRA. IMPOSSIBILIDADE. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL (DL 70/66). SUSPENSÃO. NÃO ACOLHIMENTO. DISCUSSÃO DA DÍVIDA. IMPOSSIBILIDADE DE INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO.

- Tratando-se de prazo comum, não é possível a retirada dos autos da secretaria por uma das partes em prejuízo da outra. Nesse caso, deve ser devolvida a oportunidade para que a parte lesada pratique seu ato.

- Não havendo depósito das prestações vencidas e vincendas, ao menos no valor que o devedor entende devido, não há que se falar em suspensão da execução.

- Estando pendente ação que visa discutir o valor do débito, constitui constrangimento o registro do nome do mutuário em cadastros de proteção ao crédito.

- Agravo de instrumento parcialmente provido e agravo regimental prejudicado.

Agravo de Instrumento n.º 35.271-SE

Relator: Desembargador Federal Luiz Alberto Gurgel de Faria

(Julgado em 28 de agosto de 2001, por unanimidade)

**PROCESSUAL CIVIL
EXECUÇÃO FISCAL - NATUREZA PÚBLICA DOS CONSELHOS PROFISSIONAIS**

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. NATUREZA PÚBLICA DOS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. ADIN N.º 1.717-6. ISENÇÃO DE CUSTAS. ART. 4º, PAR. ÚNICO, DA LEI 9.289/96.

- O julgamento prolatado pelo STF, nos autos da ADIN n.º 1.717-6, restabeleceu a natureza pública dos conselhos de fiscalização profissional.

- Em que pese a natureza desses conselhos e o disposto no art. 39 da Lei de Execução Fiscal, a isenção de custas concedida aos entes públicos não alcança essas entidades fiscalizadoras do exercício profissional, conforme prescrição do art. 4º, parágrafo único, da Lei 9.289/96.

- Agravo improvido.

Agravo de Instrumento n.º 32.625-PE

Relator: Desembargador Federal Manoel Erhardt (Convocado)

(Julgado em 10 de maio de 2001, por unanimidade)

**PROCESSUAL CIVIL
PEÇA OBRIGATÓRIA - AUSÊNCIA - CERTIDÃO DE
INTIMAÇÃO**

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA OBRIGATÓRIA. CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO.

- A certidão de intimação da decisão agravada é peça obrigatória para que o Tribunal *ad quem* verifique a tempestividade do recurso.

- Cópia do ofício que comunicou o ato judicial ao órgão competente, em que foi aposto o recibo de um servidor daquela autarquia, não se presta para os fins do art. 525 do CPC.

- Agravo desprovido.

Agravo Regimental no AGTR n.º 35.342-CE

Relator: Desembargador Federal Manoel Erhardt (Convocado)

(Julgado em 22 de maio de 2001, por unanimidade)

**PROCESSUAL CIVIL
OMISSÃO NO JULGADO - INEXISTÊNCIA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NO JULGADO. INEXISTÊNCIA.

aduzidas pelas partes, se apenas uma delas tem força para firmar sua convicção.

há apreciação de determinada legislação que a parte entende que seria aplicável ao caso concreto.

- Embargos de declaração improvidos.

Embargos de Declaração na AC n.º 186.594-RN

vocado)

(Julgado em 24 de maio de 2001, por unanimidade)

**PROCESSUAL CIVIL
DEPÓSITO - IMPOSTO DE RENDA - COMPLEMENTAÇÃO
DE APOSENTADORIA**

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR. DEPÓSITO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA PAGA POR ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. APELAÇÃO QUE SE ATÉM AO MÉRITO DA PRINCIPAL. NÃO CONHECIMENTO.

- Restringe-se o mérito da cautelar à existência ou não de seus requisitos, tema não abordado na peça recursal, que discorreu apenas sobre o mérito da ação principal.

- Existência dos requisitos autorizadores da concessão da cautelar, quais sejam, a plausibilidade de o direito da ação principal vir a ser reconhecido em face de a jurisprudência lhe ser favorável e a existência do perigo da demora, pois que, depois de recolhido o imposto, se indevido, o tempo que levaria para ser repetido privaria aposentados idosos do gozo de um padrão de vida melhor.

- Apelação não conhecida. Remessa oficial parcialmente provida.

Apelação Cível n.º 197.793-CE

Relator: Desembargador Federal Edilson Nobre (Convocado)

(Julgado em 10 de abril de 2001, por unanimidade)

**PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL
ATO DE AUTORIDADE MUNICIPAL - INCAPACIDADE DA
JUSTIÇA FEDERAL**

EMENTA: REMESSA OFICIAL. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DE AUTORIDADE MUNICIPAL. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL, *EX VI* DO ART. 109, VIII, DA CF/88. ANULAÇÃO DO DECISÓRIO.

- Ocupando o pólo passivo da ação de segurança, na qualidade de impetrados, agentes públicos municipais, descabe falar-se em competência da Justiça Federal, sendo irrelevante que o ato coator esteja representado por edital de tomada de preços, firmado pelo Prefeito do Município, com a finalidade de contratar serviços de eletrificação rural, a serem custeados por verba federal, repassada mediante convênio. Inteligência do art. 109, VIII, da Lei Maior.

- Sentença anulada, com a remessa dos autos à Justiça Estadual.

Remessa *Ex Officio* n.º 64.687-PE

Relator: Desembargador Federal Edilson Nobre (Convocado)

(Julgado em 10 de abril de 2001, por unanimidade)

**JURISPRUDÊNCIA
DE
DIREITO
PROCESSUAL PENAL**

PROCESSUAL PENAL
HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO - DEPOSITÁRIO INFIEL

EMENTA: *HABEAS CORPUS* LIBERATÓRIO. DEPOSITÁRIO INFIEL. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEPOSITÁRIO PARA ENTREGAR OS BENS. PRISÃO ILEGAL. *HABEAS CORPUS* CONCEDIDO.

- *Habeas corpus* contra ato de Juiz do Trabalho. Processo e julgamento pelo Tribunal Regional Federal. Precedente do STF.

- A prisão civil do depositário infiel deve ser decretada após a sua intimação pessoal para apresentar os bens sob custódia ou o equivalente em dinheiro.

- *Habeas corpus* concedido.

***Habeas Corpus* n.º 1.276-PE**

Relator: Desembargador Federal Ridalvo Costa

(Julgado em 07 de junho de 2001, por unanimidade)

**PROCESSUAL PENAL
PACIENTE - PENA EM REGIME ABERTO -
REGIME FECHADO**

EMENTA: PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS*. PACIENTE CUMPRINDO PENA EM REGIME ABERTO.

- Superveniência de sentença condenatória.
- Regressão ao regime fechado.
- Nulidades contra ato constrictivo não comprovadas.
- Dilação probatória.
- Impossibilidade.

***Habeas Corpus* n.º 1.314-PE**

Relator: Desembargador Federal José Baptista de Almeida Filho

(Julgado em 28 de agosto de 2001, por unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA

DE

TRIBUTÁRIO

TRIBUTÁRIO
TAXA DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS -
BASE DE CÁLCULO DIVERSA DA DE IMPOSTO

EMENTA: TRIBUTÁRIO. TAXA DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS. BASE DE CÁLCULO DIVERSA DA DE IMPOSTO. DELEGAÇÃO LEGAL DE CAPACIDADE TRIBUTÁRIA. DECRETO-LEI 1.899/81.

- A Taxa de Classificação de Produtos Vegetais, instituída para fazer face às despesas de fiscalização de produtos vegetais importados do estrangeiro, decorre do Poder de Polícia da Administração e da utilização efetiva pelo contribuinte de serviço público específico e divisível (art 77 do CTN), não tendo, portanto, base de cálculo semelhante à de imposto.

- Instituída por Decreto-Lei quando assim o permitia a Constituição da época, e não se chocando com a atual, é pacífica a recepção da taxa de Classificação de Produtos Vegetais pela nova ordem constitucional.

- A autorização legislativa para a fixação da alíquota de tributos pelo Executivo, dentro de parâmetros legalmente estabelecidos, não constitui delegação legislativa de competência tributária, mas simples delegação de capacidade tributária, o que é perfeitamente constitucional.

- São constitucionais as normas do Decreto-Lei 1.899/81 e a fixação de alíquotas da Taxa de Classificação de Produtos Vegetais através de Portarias do Executivo, respeitado o máximo legalmente estabelecido.

- Apelação improvida.

Apelação Cível n.º 149.784-AL

Relator: Desembargador Federal Castro Meira

(Julgado em 02 de agosto de 2001, por unanimidade)

TRIBUTÁRIO
CONCEITO DE INDÚSTRIA - CONSTRUÇÃO CIVIL

EMENTA:

TRUÇÃO CIVIL. PRECEDENTES DO STJ. CONTRIBUIÇÕES PARA O SESI E SENAI. INDÚSTRIAS DE CONSTRUÇÃO CI-

- O próprio Superior Tribunal de Justiça classifica a atividade de construção civil como atividade industrial. Precedentes

- O conceito de indústria, esposado por Aurélio Buarque de Holanda, inclui as atividades da construção civil, uma vez

prima (tijolos, concreto, etc.) em bens distintos (edifícios, casas, estradas, etc.)", não estando, portanto, a apelante dispen-

- Apelação improvida, para manter a sentença em todos os termos.

Relator: Desembargador Federal Petrucio Ferreira

(Julgado em 19 de dezembro de 2000, por unanimidade)

TRIBUTÁRIO
AÇÃO ORDINÁRIA - ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA FECHADA

EMENTA: TRIBUTÁRIO. AÇÃO ORDINÁRIA. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA FECHADA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. IMPOSSIBILIDADE.

- As entidades de previdência privada não visam, primordialmente, o objetivo de assistência social, daí porque não amparadas pela imunidade do art. 150, VI, c, da Constituição da República de 1988.

- Os proventos decorrentes da complementação de aposentadoria pagos por Caixa de Previdência Fechada estão isentos de imposto de renda, eis que os rendimentos e ganhos de capital produzidos pelo patrimônio da entidade são tributados na fonte. Exegese do art. 6º, VII, b, da Lei n.º 7.713/88.

- Apelação e remessa improvidas.

Apelação Cível n.º 97.441-CE

Relator: Desembargador Federal Nereu Santos

(Julgado em 22 de maio de 2001, por unanimidade)

TRIBUTÁRIO

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUTÁRIO. LEI APURAÇÃO DO LUCRO REAL. IMPOSSIBILIDADE.

- Não há qualquer inconstitucionalidade na disposição contida base de cálculo do IRPJ e da própria CSSL.

- A CSSL incide sobre o próprio lucro líquido, não se configura não nasce em decorrência da atividade empresarial, não é considerada nem custo, nem despesa, sendo, na verdade,

- Remessa oficial provida.

Remessa *Ex Officio* n.º 68.111-RN

Relator: Desembargador Federal Napoleão Nunes Maia Filho

(Julgado em 19 de junho de 2001, por unanimidade)

ÍNDICE
SISTEMÁTICO

ADMINISTRATIVO

- Remessa *Ex Officio* n.º 74.491-AL
ENSINO SUPERIOR-JUBILAÇÃO
Relator: Desembargador Federal Ridalvo Costa 09
- Apelação em Mandado de Segurança n.º 66.630-PB
SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL-PENSÃO-IRMÃ
Relator: Desembargador Federal Petrucio Ferreira 10
- Apelação Cível n.º 191.366-SE
CANCELAMENTO DE REGISTRO PROFISSIONAL DE RADI-
ALISTA-DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO
Relator: Desembargador Federal Lázaro Guimarães 11
- Embargos Infringentes na AC n.º 128.756-PE
MILITAR-PROMOÇÃO DE TAIFEIROS
Relator: Desembargador Federal Nereu Santos 12
- Apelação em Mandado de Segurança n.º 246.892-SE
SERVIÇO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS-ENGENHEIRO DA
PETROBRÁS
Relatora: Desembargadora Federal Margarida Cantarelli 13
- Remessa *Ex Officio* n.º 206.421-PE
CLASSIFICAÇÃO FISCAL-NORMAS RÍGIDAS
Relatora: Desembargadora Federal Margarida Cantarelli 14
- Apelação Cível n.º 241.743-PE
MILITAR-HANSENÍASE-DOENÇA INCAPACITANTE
Relator: Desembargador Federal José Baptista de Almeida
Filho 15
- Apelação em Mandado de Segurança n.º 71.085-SE
INDENIZAÇÃO-TRANSPORTE PROPORCIONAL
Relator: Desembargador Federal Napoleão Nunes Maia Fi-
lho 16

Remessa *Ex Officio*
EXAME DA OAB-INSCRIÇÃO EXTEMPORÂNEA
Relator: Desembargador Federal Napoleão Nunes Maia Fi-
..... 17

MILITAR-AERONÁUTICA-CONDIÇÕES DE SAÚDE
Relator: Desembargador Federal Luiz Alberto Gurgel de Fa-
..... 18

SERVIDOR PÚBLICO-FUNÇÃO COMISSIONADA-INCORPO-
RAÇÃO

ria

Apelação Cível n.º 140.871-SE
RESPONSABILIDADE ESTATAL-ACIDENTE DE VEÍCULOS
do)

Apelação em Mandado de Segurança n.º 65.904-AL
SERVIDOR PÚBLICO-ADIANTAMENTO PECUNIÁRIO (PCCS)
do)

CIVIL

Agravo de Instrumento n.º 30.860-CE

Relator: Desembargador Federal Castro Meira

Apelação Cível n.º 183.884-PB
USUCAPIÃO-TERRAS PÚBLICAS

..... 26

Apelação Cível n.º 185.465-PB
 AÇÃO DE INDENIZAÇÃO-ENDEREÇO INCOMPLETO INDI-
 CADO EM CARTA
 Relator: Desembargador Federal Lázaro Guimarães 27

CONSTITUCIONAL

Medida Cautelar n.º 1.258-RN
 ANISTIA-MILITAR-MOTIVAÇÃO POLÍTICA
 Relator: Desembargador Federal Lázaro Guimarães 31

Remessa *Ex Officio* n.º 63.093-PB
 CPMF-FUNDAÇÃO PÚBLICA-ISENÇÃO
 Relator: Desembargador Federal Nereu Santos 32

Apelação em Mandado de Segurança n.º 70.284-PE
 TRANSPORTADOR-REVENDEDOR-RETALHISTA (TRR).LIVRE
 COMÉRCIO DE GASOLINA, ÁLCOOL CARBURANTE E GÁS
 LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)
 Relator: Desembargador Federal José Maria Lucena 33

Conflito de Competência n.º 573-SE
 CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA-EXECUÇÃO FIS-
 CAL-DOMICÍLIO DO DEVEDOR
 Relator: Desembargador Federal José Maria Lucena 34

Apelação em Mandado de Segurança n.º 64.707-CE
 CASAMENTO RELIGIOSO-PENSÃO-CONCESSÃO DE BENE-
 FÍCIO
 Relator: Desembargador Federal José Baptista de Almeida
 Filho 35

Agravo de Instrumento n.º 34.330-PE
 EMPREITEIRO DE MÃO-DE-OBRA-INCIDÊNCIA
 Relator: Desembargador Federal Luiz Alberto Gurgel de Fa-
 ria 36

Agravo de Instrumento n.º 31.528-PE
 AÇÃO CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL-COMPETÊNCIA
 RELATIVA E CONCORRENTE
 Relator: Desembargador Federal Manoel Erhardt (Convoca-
 do) 37

PENAL

Habeas Corpus n.º 1.268-RN
 APROPRIAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS-
 TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL
 Relator: Desembargador Federal Ridalvo Costa 41

Apelação Criminal n.º 2.534-PB
 CRIME DE ESTELIONATO-CONFIGURAÇÃO DO DOLO
 Relator: Desembargador Federal Castro Meira 42

PREVIDENCIÁRIO

Agravo de Instrumento n.º 25.982-AL
 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS-SESC E SENAC-REDE HOTELEI-
 RA
 Relator: Desembargador Federal Petrucio Ferreira 45

Apelação Cível n.º 235.957-CE
 PENSÃO POR MORTE-INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO MATRI-
 MONIAL
 Relatora: Desembargadora Margarida Cantarelli 46

Apelação Cível n.º 250.498-CE
 SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL-APOSENTADORIA ESPECIAL-
 TRABALHO INSALUBRE
 Relator: Desembargador Federal Napoleão Nunes Maia Fi-
 lho 47

PROCESSUAL CIVIL

Apelação Cível n.º 169.679-AL
 CEF-PROGRAMA DE APOIO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA-
 PADV
 Relator: Desembargador Federal Ridalvo Costa 51

Agravo de Instrumento n.º 30.387-SE
 COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO-EXONERAÇÃO DE
 CONTRIBUIÇÕES
 Relator: Desembargador Federal Castro Meira 52

Embargos de Declaração no AGTR n.º 28.622-PE
 AVIAÇÃO AÉREA-EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA
 Relator: Desembargador Federal Petrucio Ferreira 53

Apelação Cível n.º 197.657-AL
 EXECUÇÃO FISCAL-CONSELHO REGIONAL DE CORRETO-
 RES DE IMÓVEIS
 Relator: Desembargador Federal Nereu Santos 55

Apelação Cível n.º 156.555-PB
 PETIÇÃO INICIAL-INDEFERIMENTO-AUSÊNCIA DE DOCU-
 MENTO INDISPENSÁVEL
 Relator: Desembargador Federal José Maria Lucena 56

Medida Cautelar n.º 1.173-PE
 MEDIDA CAUTELAR INCIDENTAL-AÇÃO RESCISÓRIA-SUS-
 PENSÃO DE EXECUÇÃO
 Relator: Desembargador Federal José Maria Lucena 57

Agravo Regimental na AC n.º 220.597-RN
 PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE DOS RECURSOS-ERRO
 GROSSEIRO
 Relatora: Desembargadora Federal Margarida Cantarelli 58

Apelação Cível n.º 241.822-PE
INCIDENTE DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-AUSÊNCIA DE

Relator: Desembargador Federal José Baptista de Almeida
Filho 59

Agravo de Instrumento n.º 35.271-SE

Relator: Desembargador Federal Luiz Alberto Gurgel de Fa-
ria 60

Agravo de Instrumento n.º 32.625-PE

PROFISSIONAIS

Relator: Desembargador Federal Manoel Erhardt (Convoca-
do) 6

Agravo Regimental no AGTR n.º 35.342-CE
PEÇA OBRIGATÓRIA-AUSÊNCIA-CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

do) 2

Embargos de Declaração na AC n.º 186.594-RN

Relator: Desembargador Federal Manoel Erhardt (Convoca-
do) 63

DEPÓSITO-IMPOSTO DE RENDA-COMPLEMENTAÇÃO DE
APOSENTADORIA

do) 4

Remessa n.º 64.687-PE
ATO DE AUTORIDADE MUNICIPAL-INCOMPETÊNCIA DA

Relator: Desembargador Federal Edilson Nobre (Convocado) ... 5

PROCESSUAL PENAL

Habeas Corpus n.º 1.276-PE
 HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO-DEPOSITÁRIO INFIEL
 Relator: Desembargador Federal Ridalvo Costa 69

Habeas Corpus n.º 1.314-PE
 PACIENTE-PENA EM REGIME ABERTO-REGRESSÃO AO RE-
 GIME FECHADO
 Relator: Desembargador Federal José Baptista de Almeida
 Filho 70

TRIBUTÁRIO

Apelação Cível n.º 149.784-AL
 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS-BASE
 DE CÁLCULO DIVERSA DA DE IMPOSTO
 Relator: Desembargador Federal Castro Meira 73

Apelação Cível n.º 168.785-PB
 CONCEITO DE INDÚSTRIA-CONSTRUÇÃO CIVIL
 Relator: Desembargador Federal Petrucio Ferreira 75

Apelação Cível n.º 97.441-CE
 AÇÃO ORDINÁRIA-ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA FECHA-
 DA
 Relator: Desembargador Federal Nereu Santos 76

Remessa *Ex Officio* n.º 68.111-RN
 APURAÇÃO DO LUCRO REAL-DEDUÇÃO NA CSSL
 Relator: Desembargador Federal Napoleão Nunes Maia Fi-
 lho 77

ÍNDICE
ANALÍTICO

ADMINISTRATIVO

ADIANTAMENTO PECUNIÁRIO – PCCS. SERVIDOR PÚBLICO. INCORPORAÇÃO PELA LEI 8.460/92. AUSÊNCIA DE OFENSA À IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS 21

CANCELAMENTO DE REGISTRO PROFISSIONAL DE RADIALISTA. DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO. ART. 7º, III, DA LEI N.º 6.615/78. VERIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADES. PROCEDIMENTO REGULAR 11

CLASSIFICAÇÃO FISCAL. NORMAS RÍGIDAS. ESPECIFICIDADE. IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS. PERCENTUAL DE ALÍQUOTA 14

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO. CANCELAMENTO DE REGISTRO PROFISSIONAL DE RADIALISTA. ART. 7º, III, DA LEI N.º 6.615/78. VERIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADES. PROCEDIMENTO REGULAR..... 11

ENSINO SUPERIOR. JUBILAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. NECESSIDADE 09

EXAME DA OAB. INSCRIÇÃO EXTEMPORÂNEA. MOTIVO RELEVANTE. DEFERIMENTO 17

FUNÇÃO COMISSIONADA. INCORPORAÇÃO. DIREITO ADQUIRIDO. SERVIDOR PÚBLICO 19

HANSENÍASE. MILITAR. DOENÇA INCAPACITANTE ADQUIRIDA DURANTE O SERVIÇO. REFORMA 15

IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS. PERCENTUAL DE ALÍQUOTA. CLASSIFICAÇÃO FISCAL. NORMAS RÍGIDAS. ESPECIFICIDADE 14

INDENIZAÇÃO. TRANSPORTE PROPORCIONAL. REVOGAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. EFEITOS <i>EX TUNC</i>	16
INGRESSO NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA. LEGALIDADE DOS REQUISITOS. MILITAR. AERONÁUTICA. CONDIÇÕES DE SAÚDE	18
INSALUBRIDADE. LEI N.º 5.527/68. MEDIDA PROVISÓRIA 1.523/96. SERVIÇOS EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. ENGENHEIRO DA PETROBRÁS	13
INSCRIÇÃO EXTEMPORÂNEA. EXAME DA OAB. MOTIVO RELEVANTE. DEFERIMENTO	17
IRMÃ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. PENSÃO. HABILITAÇÃO. AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO. PROVAS TESTEMUNHAIS. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA COMPROVADA	10
JUBILAÇÃO. ENSINO SUPERIOR. MANDADO DE SEGURANÇA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. NECESSIDADE	09
MILITAR. AERONÁUTICA. CONDIÇÕES DE SAÚDE. INGRESSO NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA. LEGALIDADE DOS REQUISITOS	18
MILITAR. HANSENÍASE. DOENÇA INCAPACITANTE ADQUIRIDA DURANTE O SERVIÇO. REFORMA	15
MILITAR. PROMOÇÃO DE TAIFEIROS. AERONÁUTICA. LEI N.º 3.953/61. DECRETO N.º 92.577/86. ISONOMIA	12
PROMOÇÃO DE TAIFEIROS. MILITAR. AERONÁUTICA. LEI N.º 3.953/61. DECRETO N.º 92.577/86. ISONOMIA	12
RESPONSABILIDADE ESTATAL. ACIDENTE DE VEÍCULOS, INDEPENDENTE DE CULPA. TEORIA DO RISCO ADMINIS-	

TRATIVO. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO, PELA PESSOA DE DIREITO PÚBLICO, DA CULPA CONCORRENTE DA VÍTIMA. IMPROVIMENTO 20

SERVIÇOS EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. ENGENHEIRO DA PETROBRÁS. INSALUBRIDADE. LEI N.º 5.527/68. MEDIDA PROVISÓRIA 1.523/96 13

SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. PENSÃO. IRMÃ. HABILITAÇÃO. AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO. PROVAS TESTEMUNHAIS. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA COMPROVADA..... 10

SERVIDOR PÚBLICO. ADIANTAMENTO PECUNIÁRIO – (PCCS). INCORPORAÇÃO PELA LEI 8.460/92. AUSÊNCIA DE OFENSA À IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS .. 21

SERVIDOR PÚBLICO. FUNÇÃO COMISSIONADA. INCORPORAÇÃO. DIREITO ADQUIRIDO 19

TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE ESTATAL. ACIDENTE DE VEÍCULOS, INDEPENDENTE DE CULPA. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO, PELA PESSOA DE DIREITO PÚBLICO, DA CULPA CONCORRENTE DA VÍTIMA. IMPROVIMENTO 20

TRANSPORTE PROPORCIONAL. INDENIZAÇÃO. REVOGAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. EFEITOS *EX TUNC*..... 16

CIVIL

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ENDEREÇO INCOMPLETO INDICADO EM CARTA. CÓDIGO DE ENDEREÇAMENTO POSTAL. INEXISTÊNCIA DE CULPA DA ECT 27

CULPA DA ECT. INEXISTÊNCIA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ENDEREÇO INCOMPLETO INDICADO EM CARTA. CÓDIGO DE ENDEREÇAMENTO POSTAL 27

IMÓVEL. OCUPAÇÃO IRREGULAR. SUCESSOR NA POSSE DO BEM. IMPOSSIBILIDADE 25

OCUPAÇÃO IRREGULAR. IMÓVEL. SUCESSOR NA POSSE DO BEM. IMPOSSIBILIDADE 25

TERRAS PÚBLICAS. USUCAPIÃO. ÁREA INSUSCEPTÍVEL DE AQUISIÇÃO. LEI N.º 6.969-81 26

USUCAPIÃO. TERRAS PÚBLICAS. ÁREA INSUSCEPTÍVEL DE AQUISIÇÃO. LEI N.º 6.969-81 26

CONSTITUCIONAL

AÇÃO CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL. COMPETÊNCIA RELATIVA E CONCORRENTE. JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA ESTADUAL. ART. 109, § 3º, DA CF/88. RENÚNCIA DO PRIVILÉGIO DE FORO 37

ANISTIA. MILITAR. MOTIVAÇÃO POLÍTICA. EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 26/85. ART. 8º DO ADCT/88 31

CASAMENTO RELIGIOSO. EXTENSÃO DE IGUALDADE DE EFEITOS PARA O FIM DE NEGAR A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EM ÉPOCA ANTERIOR À CF/88. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE REGISTRO PÚBLICO PARA GERAÇÃO DE EFEITOS CIVIS 35

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. DOMICÍLIO DO DEVEDOR. COMARCA DO INTERIOR QUE NÃO SEDIA VARA FEDERAL 34

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. EMPRETEIRO DE MÃO-DE-OBRA. INCIDÊNCIA. ART. 31 DA LEI N.º 8.212/91 36

CPMF. FUNDAÇÃO PÚBLICA. ISENÇÃO. ART. 3º, I, DA LEI 9.311/96 32

DOMCÍLIO DO DEVEDOR. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. COMARCA DO INTERIOR QUE NÃO SEDIA VARA FEDERAL 34

EMPRETEIRO DE MÃO-DE-OBRA. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. INCIDÊNCIA. ART. 31 DA LEI N.º 8.212/91 36

FUNDAÇÃO PÚBLICA. CPMF. ISENÇÃO. ART. 3º, I, DA LEI 9.311/96 32

MILITAR. ANISTIA. MOTIVAÇÃO POLÍTICA. EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 26/85. ART. 8º DO ADCT/88 31

REGISTRO PÚBLICO. AUSÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE PARA GERAÇÃO DE EFEITOS CIVIS. CASAMENTO RELIGIOSO. EXTENSÃO DE IGUALDADE DE EFEITOS PARA O FIM DE NEGAR A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EM ÉPOCA ANTERIOR À CF/88. IMPOSSIBILIDADE 35

RENÚNCIA DO PRIVILÉGIO DE FORO. AÇÃO CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL. COMPETÊNCIA RELATIVA E CONCORRENTE. JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA ESTADUAL. ART. 109, § 3º, DA CF/88 37

TRANSPORTADOR-REVENDEDOR-RETALHISTA (TRR). LIVRE COMÉRCIO DE GASOLINA, ÁLCOOL CARBURANTE E GÁS LIQÜEFEITO DE PETRÓLEO (GLP). POSSIBILIDADE. PORTARIA N.º 10/97 DO MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA .. 33

PENAL

APROPRIAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. PRINCÍPIO *NULLUN CRIMEN SINE CULPA*. DENÚNCIA QUE NÃO DESCREVE A CONDUTA DO ACUSADO 41

CONFIGURAÇÃO DO DOLO. CRIME DE ESTELIONATO. SAQUE INDEVIDO DO FGTS. OBTENÇÃO DE VANTAGEM ILÍCITA 42

CRIME DE ESTELIONATO. CONFIGURAÇÃO DO DOLO. SAQUE INDEVIDO DO FGTS. OBTENÇÃO DE VANTAGEM ILÍCITA 42

TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. APROPRIAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. PRINCÍPIO *NULLUM CRIMEN SINE CULPA*. DENÚNCIA QUE NÃO DESCREVE A CONDUTA DO ACUSADO 41

PREVIDENCIÁRIO

APOSENTADORIA ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. TRABALHO INSALUBRE. RADIOLOGIA. PRESUNÇÃO LEGAL 47

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. SESC E SENAC. SERVIÇOS VOLTADOS PARA A REDE HOTELEIRA. CONDOMÍNIO. NATUREZA RESIDENCIAL E COMERCIAL 45

PENSÃO POR MORTE. INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO MATRIMONIAL DO SEGURADO COM A DEMANDANTE. COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL DO DIREITO PELA AUTORA. PAGAMENTO DA PENSÃO EM FAVOR DA VIÚVA. LEGITIMIDADE 46

REDE HOTELEIRA. SERVIÇOS. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. SESC E SENAC. CONDOMÍNIO. NATUREZA RESIDENCIAL E COMERCIAL 45

SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. APOSENTADORIA ESPECIAL. TRABALHO INSALUBRE. RADIOLOGIA. PRESUNÇÃO LEGAL 47

DE. INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO MATRIMONIAL DO SEGU-
RADO COM A DEMANDANTE. COMPROVAÇÃO DOCUMEN-
..... 46

ACÓRDÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. DISCUSSÃO EM TOR-
NO DE MATÉRIA REFERENTE AO PRÓPRIO MÉRITO DA
POLÍCIA. ILEGITIMIDADE PASSVIA *AD CAUSAM* 53

ATO DE AUTORIDADE MUNICIPAL. MANDADO DE SEGU-
VII, DA CF/88. ANULAÇÃO DO DECISÓRIO

AVIAÇÃO AÉREA. EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA.
ILEGITIMIDADE PASSVIA . ACÓRDÃO. OMIS-
SÃO. INEXISTÊNCIA. DISCUSSÃO EM TORNO DE MATÉRIA
..... 53

PADV. MANUTENÇÃO DO SEGURO SAÚDE CUSTEADO PELA
EMPRESA PÚBLICA. PEDIDO DECORRENTE DO PACTO

ABSOLUTA DA JUSTIÇA FEDERAL

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO. PEÇA OBRIGATÓRIA. AUSÊN-
CIA. ART. 525 DO CPC 62

CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS. EXE-
SUA EFICÁCIA PELO EG. STF

COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO. CONTRIBUIÇÃO
PREVISTA NO ARTIGO 22 DA LEI 8.212/91 (ACRESCIDA

PELA LEI 9.876/99). EXONERAÇÃO. ART. 22, IV, DA LEI 8.212/91	52
CORREÇÃO MONETÁRIA DO FGTS. PROVA DA EXISTÊNCIA DE CONTA VINCULADA. PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO	56
DEPÓSITO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	64
ERRO DE FATO. PARECER DA CONTADORIA DA JUSTIÇA FEDERAL. MEDIDA CAUTELAR INCIDENTAL. SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO	57
ERRO GROSSEIRO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE DOS RECURSOS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO. DESCABIMENTO	58
EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS. ART. 58 DA LEI 9.649/98. SUSPENSÃO DE SUA EFICÁCIA PELO EG. STF	55
EXECUÇÃO FISCAL. NATUREZA PÚBLICA DOS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. ADIN N.º 1.717-6. ISENÇÃO DE CUSTAS. ART. 4º, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 9.289/96	61
IMPOSTO DE RENDA. DEPÓSITO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	64
INCIDENTE DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. AUSÊNCIA DE INTERESSE. PETIÇÃO INICIAL. ART. 282 DO CPC	59

INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA FEDERAL. CEF.
PROGRAMA DE APOIO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA – PADV.

PRESA PÚBLICA. PEDIDO DECORRENTE DO PACTO
LABORAL HAVIDO ENTRE AS PARTES 51

INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. ART. 109, VII, DA
DE MUNICIPAL. MANDADO DE SEGURANÇA

ISENÇÃO DE CUSTAS. ART. 4º, PARÁGRAFO ÚNICO, DA
LEI 9.289/96. EXECUÇÃO FISCAL. NATUREZA PÚBLICA DOS
1.717-6

MAGISTRADO. OMISSÃO NO JULGADO. INEXISTÊNCIA.
OBRIGAÇÃO DE ANALISAR TODAS AS ALEGAÇÕES
..... 63

ÇÃO. ERRO DE FATO. PARECER DA CONTADORIA DA JUS-
TIÇA FEDERAL 57

OMISSÃO NO JULGADO. INEXISTÊNCIA. MAGISTRADO.
ADUZIDAS PELAS PARTES

PEÇA OBRIGATÓRIA. AUSÊNCIA. CERTIDÃO DE INTIMA-
ÇÃO. ART. 525 DO CPC. 62

PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE DOCUMENTO INDISPEN-
TÁRIA DO FGTS. PROVA DA EXISTÊNCIA DE CONTA VIN-
CULADA 56

PRAZO COMUM. SECRETARIA. RETIRADA DOS AUTOS POR

UMA DAS PARTES EM PREJUÍZO DA OUTRA. IMPOSSIBILIDADE. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL (DL 70/66) 60

PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE DOS RECURSOS. IMPOSSIBILIDADE. ERRO GROSSEIRO. AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO. DESCABIMENTO 58

SECRETARIA. PRAZO COMUM. RETIRADA DOS AUTOS POR UMA DAS PARTES EM PREJUÍZO DA OUTRA. IMPOSSIBILIDADE. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL (DL 70/66) 60

PROCESSUAL PENAL

DEPOSITÁRIO INFIEL. *HABEAS CORPUS* LIBERATÓRIO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEPOSITÁRIO PARA ENTREGAR OS BENS. PRISÃO ILEGAL 69

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. DEPOSITÁRIO INFIEL. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEPOSITÁRIO PARA ENTREGAR OS BENS. PRISÃO ILEGAL 69

PACIENTE. CUMPRIMENTO DE PENA. REGIME ABERTO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA 70

REGIME ABERTO. PACIENTE. CUMPRIMENTO DE PENA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA 70

TRIBUTÁRIO

APURAÇÃO DO LUCRO REAL. DEDUÇÃO NA CSSL. IMPOSSIBILIDADE. LEI N.º 9.316/96. CONSTITUCIONALIDADE 77

CONCEITO DE INDÚSTRIA. CONSTRUÇÃO CIVIL. PRECEDENTES DO STJ. CONTRIBUIÇÕES PARA O SESI E SENAI. INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA 75

DEDUÇÃO NA CSSL. APURAÇÃO DO LUCRO REAL. IMPOSSIBILIDADE. LEI N.º 9.316/96. CONSTITUCIONALIDADE	77
DELEGAÇÃO LEGAL DE CAPACIDADE TRIBUTÁRIA. DECRETO-LEI 1.899/81. TAXA DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS. BASE DE CÁLCULO DIVERSA DA DE IMPOSTO	73
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA FECHADA. IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. IMPOSSIBILIDADE	76
IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA FECHADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. IMPOSSIBILIDADE	76
LEGITIMIDADE DA COBRANÇA. CONCEITO DE INDÚSTRIA. CONSTRUÇÃO CIVIL. PRECEDENTES DO STJ. CONTRIBUIÇÕES PARA O SESI E SENAI. INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL	75
TAXA DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS. BASE DE CÁLCULO DIVERSA DA DE IMPOSTO. DELEGAÇÃO LEGAL DE CAPACIDADE TRIBUTÁRIA. DECRETO-LEI 1.899/81	73